

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 2 - PROEDUC

SR. ALEX LANZA: Olá. Seja bem-vindo mais uma vez ao Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. Eu sou o Alex Lanza. E hoje a nossa conversa é com a coordenadora da Proeduc, Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação, promotora de Justiça Andrea Carelli. Promotora, muito obrigado pela sua participação. E seja bem-vinda.

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Obrigada.

SR. ALEX LANZA: Há mais de um ano a pandemia de covid-19 alterou a rotina da população em todo o Brasil devido à necessidade de distanciamento social. Uma das consequências foi a suspensão das aulas presenciais. Muitos estudantes passaram a usar plataformas de ensino remoto e outros tiveram a descontinuidade das aulas. Os impactos e prejuízos têm sido para todos e abrangem até mesmo áreas que vão além da educação. Promotora Andrea Carelli, para iniciar a nossa conversa, gostaria que a senhora explicasse para a gente qual é o papel do Ministério Público de Minas Gerais na defesa do direito à educação e como se dá a atuação da Proeduc.

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: A vocação constitucional do Ministério Público é a defesa dos interesses individuais indisponíveis, assim como os difusos e coletivos. Ou seja, os direitos titularizados pela coletividade. E nesse sentido, a educação é um direito fundamental. Se a gente pudesse fazer um ranking dos direitos mais importantes dentro do nosso ordenamento jurídico, certamente ela viria em um dos primeiros lugares. E é nesse sentido que a atuação do Ministério Público visa garantir a universalidade do direito, que todos aqueles que procurem estudar tenham garantida a sua matrícula, a sua frequência, assim como também a valorização do magistério e garantir que os fundos federais que são repassados para municípios e estados sejam efetivamente investidos na qualidade do serviço.

SR. ALEX LANZA: Quais são os principais impactos da pandemia para os estudantes? Como está sendo a atuação do Ministério Público na defesa da educação desde o início da pandemia? E quais são as principais dificuldades nesse período?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Conversando com pais, com mães e também com estudiosos, médicos, pediatras, psiquiatras infantis, nós temos recebido a informação de que a suspensão das

aulas presenciais tem acarretado um prejuízo significativo para crianças e adolescentes. Primeiro, um prejuízo social, porque em determinado momento da vida a escola é a maneira pela qual a gente se relaciona com o mundo, e as crianças estão privadas desse contato. Há também um prejuízo de ordem psíquica. Um relato dos psiquiatras de que os índices de depressão aumentaram significativamente, se cogita até de aumento no número de suicídio infantil, o que é lastimável. Mas também existe um prejuízo pedagógico de grande monta. As crianças aprendem no momento etário adequado de desenvolvimento certas habilidades que a escola ensina. Se esse ensinamento vir fora do momento ideal, certamente a criança vai ter prejuízo na aprendizagem.

SR. ALEX LANZA: Desde o início do distanciamento social temos visto aí notícias de aumento de violência doméstica envolvendo crianças. Essa também seria uma consequência da suspensão das aulas presenciais? Há outros tipos de impactos que vão além do aprendizado, como a senhora já entrou nesse assunto?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Sim, uma das diretrizes dos documentos, um dos enfoques é justamente esse. Cerca de 80% da violência cometida contra crianças e adolescentes, seja ela física, sexual ou psicológica é intrafamiliar, principalmente a sexual. Então quanto mais tempo a criança passe em casa, mais tempo ela está sujeita ao seu algoz. Então, sair de casa, estar sob a tutela de outro serviço diminui esse tempo que ela passa com o agressor. E, também, a escola tem um papel fundamental na detecção dessa violência. Geralmente é a professora, diretora que detecta que aquela criança está indo machucada para a escola ou que ela está dormindo durante a aula por causa de abusos de natureza sexual. Então, a gente tem esses dois tipos de prejuízo. A criança fica mais tempo em casa e ela não dispõe desse cuidado que os educadores despendem durante as aulas.

SR. ALEX LANZA: Diante desse contexto, existe uma atuação conjunta e integrada entre diferentes áreas do Ministério Público?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Sim, desde o começo da pandemia o diálogo da educação com a saúde tem sido constante e integrado, porque o nosso intuito é que todos os promotores atuem no mesmo sentido para que a gente não tenha tratamentos jurídicos diferentes nas comarcas.

Então desde o começo houve uma preocupação de que as aulas não voltassem em determinada comarca e voltasse em outra. Mas sim que a atuação do Ministério Público fosse dentro do princípio da unidade, que a gente tivesse uma coerência na postura com relação à suspensão das aulas. A questão da rede estadual, ela ficou concentrada na capital, que tem competência, atribuição para atuar com relação a todo o sistema estadual de ensino. E os promotores

ficaram com os sistemas municipais dos municípios integrantes na comarca.

Existem procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público no sentido de acompanhar a retomada das aulas em nível estadual e municipal. Nós atuamos muito com relação ao fato dessa retomada ser, como eu diria, segura, para que os impactos da epidemia não sejam majorados em razão do retorno às aulas, tanto para os professores, os profissionais da educação, quanto para crianças. Então o nosso trabalho tem sido no sentido de exigir do gestor que ele apresente esse protocolo, essa série de regras de cuidados sanitários, e que ele efetivamente implemente esses cuidados dentro da escola.

SR. ALEX LANZA: Você está ouvindo o Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. E nossa convidada de hoje é a promotora de Justiça Andrea Carelli, que está à frente da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação. A senhora já entrou aí na questão da retomada das aulas, da possível retomada, como o MP tem participado das discussões sobre essa possibilidade com outras instituições para que a retomada seja feita da melhor maneira possível?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Bem, a gente tem conversado muito com representantes da Associação Brasileira de Pediatria, da Associação de Psiquiatria Infantil, no sentido de detectar quais seriam esses prejuízos da suspensão, e também com os gestores, tanto do estado quanto do município de Belo Horizonte. E o procedimento se destina realmente a demandar o protocolo, que ainda não está pronto por parte do município, mesmo tendo o prefeito anunciado o retorno às aulas, nós não temos notícia do protocolo já aprovado pela Vigilância Sanitária.

E também com relação ao estado, que dispõe de uma plataforma remota. No início se deram vários problemas, inclusive de conteúdos comprometidos, de acesso das crianças a esse material, que é remoto. Muitas famílias não têm computador, não têm acesso à internet rápida, e a gente detectou que essa desigualdade econômica também repercutiu em uma desigualdade tremenda com relação ao aprendizado, porque com relação a essas crianças, o material teve que ser impresso, e essa defesa arcada pela própria escola. Mas a gente teve relatos de escolas terceirizarem a impressão desse material, de pais serem cobrados. Então ainda com a plataforma remota, a gente detectou muito prejuízo para crianças e adolescentes.

Com relação à plataforma implementada pelo estado, vários vícios foram sanados a contento, evidentemente que está longe de ser um ensino ideal, mas algum ensino, ainda que remoto, é muito melhor do que a suspensão total das atividades. Então de alguma

forma isso está caminhando razoavelmente bem. Agora, existem vários municípios que não ofertaram nenhum tipo de atividade nesse período de quase mais de um ano.

SR. ALEX LANZA: Falando ainda sobre a retomada, muitas escolas estão tentando retomar as atividades para que as crianças possam voltar às aulas, os estudantes possam retomar a sua vida dentro das escolas. Quais devem ser as principais preocupações de todo nesse momento?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Bom, a clareza quanto ao protocolo, né? Então informação, a comunicação entre a escola e os pais deve ser frequente e de qualidade. Os pais devem estar conscientes de todas as regras e conversarem com os alunos a respeito disso. Um elemento que nos chama muita atenção é que crianças, principalmente da primeira infância, até seis anos, têm o consome de trocar brinquedo, material escolar. Então, esse é um cuidado que deve ser tomado. Um dos elementos do protocolo é justamente conscientizar pais e mães de que esse aluno, se demonstrar algum tipo de sintoma da covid, que ele não vá para a escola. Então existem várias pactuações que a escola deve estabelecer tanto com pais e mães quanto com os seus servidores, porque isso vale para as duas pontas.

SR. ALEX LANZA: Mesmo sabendo dos impactos e prejuízos sofridos pelos estudantes, principalmente as crianças, por que a retomada das aulas tem demorado tanto?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Ela tem demorado, pelo menos, assim, a meu juízo, é porque parece que os gestores têm uma dificuldade gerencial em elaboração esse protocolo. Então a gente vê uma dificuldade enorme de alguns prefeitos do interior, de algumas secretarias em entender o que é o protocolo e formular um protocolo para a sua própria realidade. Porque o protocolo, ele tem que levar em conta o número de escolas, o número de profissionais, o número de alunos, e os municípios demonstram uma dificuldade muito grande com relação a isso. Vou te dar um exemplo, primeira coisa que deveria ser levantada antes do protocolo ser elaborado, o número de alunos que pretendem voltar, porque já há normas federais que preveem que esse ano o ensino será híbrido, ele não vai ser... em nenhum momento vai voltar a ser só presencial. E é preciso também detectar que muitas famílias não desejarão que seu filho retorne, ou porque tem alguém na família no público de risco, que quer evitar a todo custo a possibilidade de contaminação. E as prefeituras, elas começam a elaborar um protocolo sem saber efetivamente quantas crianças acorrerão às aulas. Por exemplo, no estado de São Paulo 50% do alunado é que voltou. Então planejar a retomada com um público de 50% é muito peculiar, é muito mais fácil do que se 100% retomassem. Então, eu sugeriria inclusive para os gestores, a primeira atitude é esse levantamento de quantas

famílias desejam que seus filhos retornem para que esse protocolo seja o mais consentâneo possível com a realidade da unidade escolar.

SR. ALEX LANZA: Quais as perspectivas que a senhora vê, então, em relação ao futuro das aulas presenciais? E se há algo que a sociedade pode fazer para preservar e defender o direito à educação?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Bom, o retorno das aulas presenciais, segundo deliberação do comitê extraordinário da covid em nível estadual, ela está autorizada para acontecer na onda amarela. O município está autorizado a voltar na onda verde, é uma decisão dele. Segundo essa normatização, as aulas então seriam retomadas na onda amarela. Mas, para tanto, tanto o protocolo, ele deve estar já formulado quanto aprovado pela Vigilância Sanitária, há que se ter uma agenda fiscalização por parte da Vigilância Sanitária. E um item bem difícil que a gente tem notado para que os municípios elaborem é o plano de retorno às aulas, porque como o ensino no ano de 2021 será híbrido, é importante que haja um esclarecimento para os pais de qual matéria deverá ser remota, de qual conteúdo deverá ser presencial, como se fará o registro de presença, como se fará o registro de hora-aula, como serão as avaliações. Tudo isso tem um impacto muito grande na educação escolar. E a gente vê uma vontade das aulas serem retomadas, mas sem que esses pontos sejam esclarecidos. Então é importante que os pais demandem isso das escolas. E mais, se organizem em grupos pequenos para fiscalizar como a escola realmente está funcionando.

SR. ALEX LANZA: Muitos profissionais da educação com receio do contágio pelo coronavírus estão reivindicando um plano de vacinação. A senhora acha que é possível inserir esses profissionais na prioridade da vacina?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Várias tentativas já foram feitas. Nós entendemos que o retorno às aulas não é condicionado à vacinação dos professores, até porque várias categorias de servidores públicos não deixaram de cumprir suas funções porque não foram vacinadas. A gente tem vários exemplos, inclusive com um público muito mais apto a transmissibilidade, por exemplo, carcereiro, ele lida com público adulto, evidentemente. E os estudos demonstram que em crianças a possibilidade de transmissão para adultos e entre elas mesmas é muito menor. Então, é um público que o risco de contaminação é muito menor. Então, a gente não entende que o retorno às aulas está vinculado à vacinação.

Mas de todo jeito, para a gente obter até um apaziguamento social diante dessa tensão, o Ministério Público fez tentativas para que esses profissionais fossem vacinados junto com os profissionais da saúde. E o que a gente teve tanto em nível nacional quanto em nível estadual foi a explicação de que isso não seria possível porque, como as doses estão chegando em número diminuto, muito pequeno,

não seria possível abarcar as duas categorias ao mesmo tempo. Mas de toda forma, eu fiquei sabendo que existe um projeto de lei na tentativa de disciplinar a vacinação de professores e profissionais da saúde de uma forma prioritária. Essas tentativas foram levadas a cabo por meio de diálogos, e a explicação que os gestores nos deram é que como as doses são poucas, fica difícil contemplar os dois públicos concomitantemente.

SR. ALEX LANZA: Após o início da retomada das aulas presenciais, especialmente em Belo Horizonte, na semana passada, os professores decretaram greve sanitária. O Ministério Público tem participado dessas discussões também?

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Bom, essa greve sanitária nos pegou um pouco de surpresa, nós estamos conversando tanto com o município e inclusive já temos reunião agendada com esses profissionais. Existe a possibilidade do Ministério Público judicializar essa questão, porque se o gestor, que é a autoridade sanitária máxima, entende que tem condições para que o retorno seja implementado, não é do juízo da categoria profissional questionar esse entendimento, principalmente se ela não dispõe de um estudo científico para contrapor ao entendimento do gestor. A Lei nº 13.979, que foi editada em fevereiro do ano passado, logo que a OMS decretou que o estado era de pandemia, determinou que qualquer tipo de medida dos gestores em qualquer nível da Federação deveria ser calcada em critérios científicos, e não políticos. Então eu acho pouco provável que o sindicato vá apresentar algum estudo científico que consiga se contrapor ao do gestor.

SR. ALEX LANZA: Nós conversamos com a promotora de Justiça Andrea Carelli, da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação. Obrigado pela sua participação, promotora. E até uma próxima oportunidade.

SRA. ANDREA MISMOTTO CARELLI: Até a próxima. Obrigada.

SR. ALEX LANZA: Essa entrevista estará disponível nos canais oficiais do Ministério Público no YouTube, no Instagram e também no Twitter. Procure por mpmgoficial. Obrigado. E até o próximo Vox.